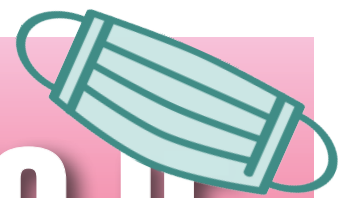




JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Estado da Bahia

# JUSTIÇA FEDERAL HOJE

Edição n. 5.766. Salvador – Bahia. Terça-feira, 05/10/2020.



## Novos temas passam a ser exigidos em concursos para ingresso na magistratura brasileira



plenário virtual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O domínio de temas como racismo, sexismo LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, ações afirmativas, direitos dos povos indígenas, direito digital e conhecimento de questões atuais como, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 da

Organização das Nações Unidas (ONU), passam a compor as exigências para o ingresso na magistratura brasileira.

No voto que fundamentou a alteração da norma de 2009, o ministro Luiz Fux observou que, após mais de uma década de vigência, as transformações sociais e

tecnológicas ocorridas tornaram evidentes a necessidade de alteração. “A interdisciplinaridade exigida dos magistrados na atuação jurisdicional é crescente, como se percebe com o advento do Código de Processo Civil (CDC) de 2015”, afirmou o presidente do CNJ e do STF.

O ministro afirmou ainda que, ao ampliar as exigências quanto ao rol de conhecimento que a magistratura deve dominar, o CNJ estimula que os integrantes da carreira tenham uma cultura sólida. “Também estamos trabalhando pela elevação da eficiência na administração pública, o que é um imperativo constitucional exigido de todos os Poderes”, concluiu o ministro.

**Esta matéria esta associada ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

## Magistrados e servidores que atuam nos JEFs têm até 8 de outubro para responderem à pesquisa do CNJ/CJF



Até o dia 8 de outubro, magistrados/magistradas e servidores/servidoras que atuam nos Juizados Especiais Federais (JEFs) precisam responder à pesquisa sobre fluxo processual e o sistema recursal nessas unidades judiciárias. A pesquisa está sendo realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF).

As perguntas são específicas para servidores, servidoras, juizes e juízas de Juizados Especiais Federais, turmas recursais e turmas regionais de uniformização, e os participantes também podem manifestar suas opiniões sobre determinados temas, além de sinalizar a percepção nos itens objetivos da pesquisa.

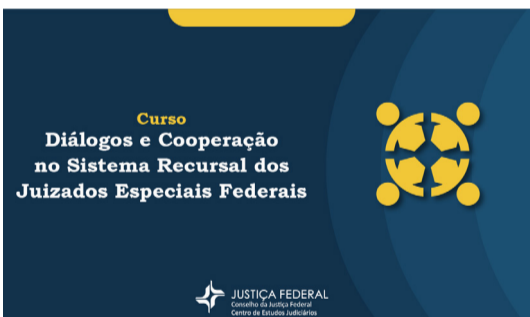
Há questões sobre realização de audiências de conciliação e sua dinâmica, relacionamento com peritos e acesso à jurisprudência, entre outras. A ideia dessa metodologia é captar informações adicionais sobre a forma de funcionamento, dificuldades enfrentadas e outras questões com aspecto de opinião e avaliação qualitativa.

A partir do cruzamento das análises quantitativas com as qualitativas, um diagnóstico em profundidade será produzido pelo CNJ, que vai comparar o fluxo da tramitação processual com a prática adotada no sistema recursal, fazendo um paralelo com a análise dos atos normativos.

O levantamento faz parte do projeto “Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos”, com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujo eixo 2 – Gestão da informação para formulação, implantação e monitoramento de políticas judiciárias baseadas em evidências e voltadas à promoção de Direitos Humanos – mantém relação com o tema de pesquisa.

**Esta matéria esta associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

## Curso Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos JEFs tem inscrições abertas até 6 de outubro



Até quarta-feira, 6 de outubro, magistrados e servidores poderão se inscrever no curso “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”. O curso é promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) por meio do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e a formação ocorre no período de 13 de outubro a 12 de novembro, no modo virtual e com tutoria.

O público alvo é composto por magistrados da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau, que atuam nas Turmas Recursais e nos JEFs, e os servidores da Turma Nacional da Uniformização dos Juizados Especiais Federais, dos JEFs e das Turmas Recursais. O curso inclui dois dias de oficina e abordará temas como incidentes de uniformização, o impacto das novas tecnologias nos JEFs, gestão de precedentes, entre outros.

Magistrados interessados devem se inscrever por meio [deste link](#). Servidores, por sua vez, devem efetuar inscrição [neste link](#).

## Mês do Servidor

*“Nesses meus 22 anos de Justiça Federal já fui lotado no antigo NUCOI (1999) e, após 1 ano, assumi a função de Supervisor da SESEG, no NUA-SG. Depois de 1 ano, fui nomeado Diretor do NUASG, onde fiquei por 3 anos e, após, assumi a supervisão da SEMAT (NUCAF), por 13 anos, até 2016, quando fui relotado para o NUAUD e onde assumi a Supervisão da SEAUP, até os dias atuais.*



*Aqui conquistei alguns amigos verdadeiros que fazem a minha vida mais leve e prazerosa e também aprendi a lidar com adversidades, conviver com pessoas de diferentes valores e afinidades, ter jogo de cintura, fazendo com que o meu dia a dia seja um aprendizado de vida constante”.*

**Claudio Alves Litieri Brentz, servidor lotado no NUAUD/ SJBA.**



### Aniversariantes:

**Hoje:** Régis de Souza Araújo (Juiz Federal Turma Recusal), Plácido Rosa de Alencar (24ª Vara), Paulo Roberto Carvalho Almeida (Seção de Protocolo). **Amanhã:** Denise Mascarenhas de Oliveira (Jequié), Luciana Guerra Otero (22ª Vara), Ana Paula Barbosa Campos (Barreiras), Raquel Miranda do Nascimento (Outros Órgãos).

**Parabéns!**